



PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO UGPUMA/DELOI 001/2025

Aplicação para processos de parcelamento de solo, incluindo processos com uso do artigo 285 - § 2º da Lei 9.321/2019, alterada pela Lei 10.177/2024.

1. Para processos de parcelamento de solo, que possuem processo de edificação já protocolado anterior a publicação da Lei 9.321/2019 e sem aprovação, a UGPUMA/DELOI/DAPEU procederá com o indeferimento do referido processo de edificação, em conformidade com o artigo 61 - § 4º da Lei Complementar 606, de 25 de junho de 2021. Após este procedimento, o processo de parcelamento de solo será analisado, e se em condições, obter a aprovação;
2. Para processos de parcelamento de solo, que possuem processo de edificação já protocolado anterior a publicação da Lei 9.321/2019 e aprovado (sem a expedição do habite-se), será necessário além do protocolo do processo de parcelamento de solo, serem protocolados os processos de cada edificação já considerando a situação pretendida desdobrada em substituição ao processo já protocolado. Após este procedimento, o processo de parcelamento de solo será analisado, e se em condições, obter a aprovação. A expedição do habite-se de cada processo de edificação ficará condicionada a conclusão do processo de parcelamento de solo, o registro do parcelamento junto ao cartório de registro de imóveis, e o protocolo da solicitação de APRESENTAÇÃO DE REGISTRO ATUALIZADO no processo do parcelamento;
3. Para processos de parcelamento de solo, que possuem processo de edificação já protocolado anterior a publicação da Lei 9.321/2019, aprovado e com habite-se, será necessário que o(s) proprietário(s) do imóvel procedam com a averbação do referido habite-se junto a matrícula do imóvel antes do protocolo do processo de parcelamento de solo. Após este procedimento, o processo de parcelamento de solo será analisado, e se em condições, obter a aprovação;
4. Para processos de parcelamento de solo, que não possuem processo de edificação já protocolado anterior a publicação da Lei 9.321/2019, será analisado sem qualquer exigência de prévia expedição de habite-se, e se em condições, obter a aprovação.

ENG. ERICSON RONALDO ARROIO

Diretor do Departamento de Licenciamento de Obras e Instalações

RESOLUÇÃO UGPUMA/DELOI 002/2025

Quanto a utilização de caixa de infiltração de águas pluviais para imóveis enquadrados na Lei 9.321/2019, alterada pela Lei 10.177/2024, artigo 257, § 1º, item II e na Lei Complementar 606/2021, artigo 31, resolvo definir que:

Se definido em projeto a utilização de reservatório drenante, deverá apresentar a caixa utilizando apenas o cálculo mais restritivo das duas leis, sem a necessidade de somar o volume estipulado em cada lei.

ENG. ERICSON RONALDO ARROIO

Diretor do Departamento de Licenciamento de Obras e Instalações

DIVISÃO DE FISC DE OBRAS, SERV E INSTAL DE PUBLICI RELAÇÃO DE COMUNIQUE-SE Nº 7/2025

Considerando o Decreto nº 16.926/98 que determina prazos aos interessados para atendimento dos processos, ficam comunicados a

comparecer nesta Divisão de Fiscalização de Obras-Trâmite da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, localizada à avenida da Liberdade, s/n, 5º andar, Ala Norte, «Paço Municipal Nova Jundiaí», no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, para tratarem de assunto referente aos processos abaixo relacionados.

TECº LUIZ SERGIO SOARES TOMASINI	
AMILCAR DOS SANTOS MAQUEDO NEVES	21806-6/2008
Decreto 16.926/98	
“Artigo 1º - O indeferimento dos processos, na forma do artigo 22, § 2º do anexo da Lei Complementar n.º 174, de 09/01/96, alterado pela Lei complementar n.º 249, de 15/05/98, ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação na Imprensa Oficial do Município de Jundiaí facultando-se ao interessado ou ao profissional responsável solicitar, junto à Divisão de Aprovação de Projetos, prorrogações do prazo, devidamente justificadas por iguais períodos.”	
“Artigo 2º - Os processos que não atenderem integralmente o segundo despacho comunique-se emitido pela UGPUMA, serão indeferidos.”	
ARQ. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA FERRAZZO	
GESTOR DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	

MOBILIDADE E TRANSPORTE

RELAÇÃO DE VEÍCULOS NOTIFICADOS PARA REMOÇÃO PELOS PROPRIETÁRIOS NO PRAZO DE 03 DIAS A CONTAR DA DATA DE ADESIVAÇÃO, SOB PENA DE SEREM RECOLHIDOS POR DETERMINAÇÃO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO AOS PÁTIOS DAS EMPRESAS DE GUINCHO CREDENCIADAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.

VEÍCULO	COR	PLACA	ADESIVADO EM:	LOCAL
GOL	PRATA	CXZ 0974	06/03/2025	R. FERRAZ MENEZ, 276
FUSCA	BEGE	BLT 8C03	07/03/2025	R. LUIZ BIAZZOTO, 30
KOMBI	BRANCA	BVQ 7756	11/03/2025	R. BRUXELAS, 67

FUMAS

ATO NORMATIVO Nº 19, de 06 de março de 2025

JEFERSON APARECIDO COIMBRA, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta dos autos do Processo SEI FMS.0000109/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor RODRIGO BORGES NASCIMENTO GUEDES, ocupante do cargo de Engenheiro, pertencente ao quadro de pessoal estatutário da Fundação, licença para trato de interesse particular, sem vencimentos, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 01 de abril de 2025, com fundamento no artigo 86 da Lei Complementar nº 499, de 22 de dezembro de 2010 e suas alterações, que instituiu o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais,

Art. 2º - Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01/04/2025.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
JEFERSON APARECIDO COIMBRA
Superintendente